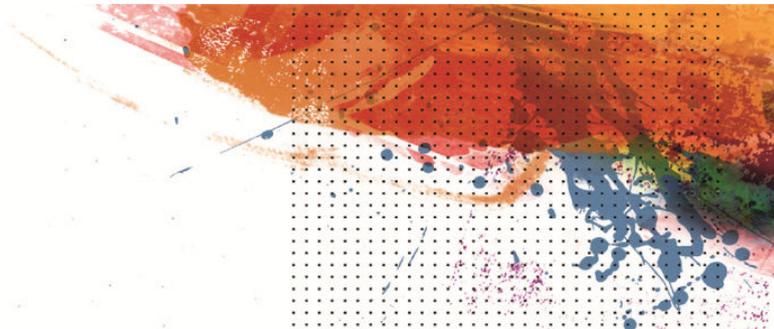


Semana de la Integración

9 al 12 de Mayo de 2011
Universidad Nacional del Litoral
Santa Fe, Argentina



I Congreso Internacional de la Red de Integración Latinoamericana 2011

“Avanços e Desafios da Integração Regional no Cone Sul: os Processos de Integração Social no MERCOSUL”

Autor

Paulo Roberto Ferreira

E-mail

ripferreira@yahoo.com.br

Institución de pertenencia

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais em nível de Mestrado.

Eje Temático

Integración regional y relaciones de América Latina con el mundo

Abstract

This article shows how the social question had much more attention in MERCOSUR in the last decade than in the beginning of the first decade of establishment of the commercial bloc. For that, this article debates in first the diplomacy of Brazil conducted by President Lula that prioritized the creation of programs and projects socials, cooperation and integration efforts to reduce the asymmetries among the regions of the four countries. After that, this article intends to present the results of these efforts among the countries to give more social cohesion to integration through the creation of MERCOSUR's Fund of Structural Convergence and others initiatives.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo principal analisar os avanços e desafios do MERCOSUL após vinte anos do Tratado de Assunção, sobretudo os avanços na área de coesão social do Bloco, sob a ótica da atuação da política externa brasileira no governo LULA (2003 – 2010). Verifica-se ao longo dos Vinte Anos uma mudança de enfoque no MERCOSUL por parte dos governos dos Estados Membros. Se por um lado as medidas de liberalização comercial intra-bloco regrediram, por outro as ações conjuntas entre os governos para reduzir as assimetrias socioeconômicas aumentaram com a criação de órgãos que dão suporte a essas ações.

A hipótese do presente trabalho são as de que a identidade política dos governos, principalmente com a ascensão do governo Lula no Brasil, ajudou para que os países criassem um ambiente de relações diplomáticas positivas na área social. Visualizando-se, portanto, no MERCOSUL aquilo que Wendt¹ definiu como anarquia kantiana, ou seja, uma identidade positiva em uma determinada área, entre os países. No caso dos países do Mercosul: uma identidade positiva na área social.

Diante desta nova perspectiva é que criou-se no âmbito do MERCOSUL órgãos voltados a reduzir às assimetrias entre os países e aprofundar o processo de integração, indo além dos (ou deixando em segundo plano) objetivos de livre comércio e de uma taxa externa comum. Isso deveu-se também à posição do governo Lula, que enxerga o livre comércio na América do Sul como perpetuador de assimetrias (CERVO, 2010)².

O artigo está dividido três partes principais, além da Introdução. No item dois faz-se um diálogo entre as avaliações da política externa do governo Lula para o MERCOSUL, onde sublinha-se os argumentos positivos sobre o reconhecimento da situação assimétrica do Cone Sul e as críticas negativas sobre as posições passivas diante do retrocesso dos objetivos comerciais do MERCOSUL. Ao adotar essa perspectiva, admite-se que o Brasil é o grande protagonista e condutor principal do processo de integração. No item três são apresentados os órgãos (e seus resultados atuais) criados durante a década passada que deram ao MERCOSUL um enfoque social, entre eles Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), o Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e o Plano Estratégico de Ação Social. E por fim, no item quatro, apresenta-se as considerações finais, onde defende-se a tese de que o último governo brasileiro trouxe efetivamente à agenda da integração regional do Cone-Sul o tema da redução das desigualdades socioeconômicas entre as regiões ao dar suporte à criação dos órgãos mencionados. No entanto, os problemas na área da liberalização comercial, a da adoção de uma tarifa externa comum e salvaguardas à importações de países do bloco por exemplo, permanecem após vinte anos do Tratado de Assunção, fato que serve de principal argumento aos críticos que defendem a redução do MERCOSUL para uma simples área de livre comércio.

¹ WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics**. In International Organization; Spring92, Vol. 46 Issue 2, p391, 35p.

² CERVO, Amado Luiz. **Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2010, vol.53, n.spe, pp. 7-32.

2. Avaliações do MERCOSUL no Governo Lula

O MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) é o principal foco da política externa brasileira há mais de vinte anos, portanto, antes mesmo da criação do bloco. É também o projeto integracionista mais avançado na América do Sul. Sua criação envolveu a participação ativa dos quatro países que compõem o bloco, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, sobretudo dos dois primeiros. Sua constituição aconteceu com a assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, pelos quatro países citados. O Tratado comporta todos os propósitos, princípios e instrumentos do bloco comercial. Os objetivos principais ali descritos são de natureza econômica complexa, mas claros e bem definidos.

Conforme consta no Tratado de Assunção, o MERCOSUL deve ter todas as características de um Mercado Comum, a saber: a ausência total de barreiras tarifárias e não tarifárias, o que permite “a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países”, a vigência de uma Tarifa Externa Comum (TEC), fator que caracteriza uma União Aduaneira, “a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes” e também a harmonização de suas legislações para que o processo de integração se torne viável.³

No entanto, nenhum dos propósitos foi alcançado integralmente. Não há ainda uma área de livre comércio sem exceções e as TECs não se aplicam a todos os produtos. Esse dois propósitos são condições *sine qua non* para a efetivação do Mercado Comum. Mas é notório e de conhecimento geral a importância da evolução significativa do comércio entre os Estados Partes após a criação do bloco comercial. Para se ter uma ideia, o volume de comércio entre os países do MERCOSUL em 1991 representava 13% do total desses países, em 1997 o número aumentou para 23%⁴.

O MERCOSUL é um bloco comercial que, conforme o Tratado de Assunção, persegue objetivos econômicos. Mas com ascensão de governos de esquerda na América do Sul a partir do início deste século a agenda da integração no âmbito do bloco ganhou um novo tema: o social. Essa ascensão da esquerda é, segundo Cervo⁵, resultado do malogro das políticas neoliberais implantadas em países da América do Sul na década de 90 do século XX. O malogro dessas políticas, explica Cervo⁶, teve forte impacto na opinião pública e se refletiu nas urnas no início do século XXI. Todos os países que sofreram com as crises tiveram mudanças partidárias nos governos. Entre os países que sofreram os efeitos da crise está o Brasil. Com a chegada de Lula, do Partido dos Trabalhadores, em 2003, à presidência do Brasil, um discurso mais ativo, generoso e com olhar social passa marcar os encontros oficiais do MERCOSUL.

O próprio ex-presidente Lula, já afirmara antes de ser presidente eleito que o MERCOSUL deveria sofrer mudanças. Lula falou, em 2002, que “em primeiro lugar, deve-se mudar os rumos do

³ MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Disponível em <http://www.MERCOSUL.gov.br/>. Acesso em 22/03/2011.

⁴ HOFFMANN, Andrea Ribeiro; COUTINHO, Marcelo; KFURI, Regina. **Indicadores e Análise Multidimensional do Processo de Integração do Cone Sul**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 51, n. 2, dez. 2008.

⁵ CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008. 297 p. ISBN 9788502065703

⁶ Idem

MERCOSUL, que hoje não passa de uma união alfandegária incompleta, com perigo de recuar para uma área de livre comércio, como defendem alguns.”⁷

De fato, percebeu-se uma mudança significativa nas relações diplomáticas do Brasil com o MERCOSUL. O ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil afirmou em um recente discurso que “com relação ao MERCOSUL, logo numa das primeiras reuniões, no Uruguai, nós passamos a aceitar o conceito de assimetria.”⁸

Esse fácil reconhecimento das assimetrias por parte do Brasil resultou numa significativa mudança institucional do Mercosul. Como citado na introdução, vários órgãos foram criados com o objetivo de fortalecer o bloco no âmbito social, reduzindo as desigualdades sociais, e desenvolver a economia da região através da cooperação entre empresas, entidades, organizações não governamentais e órgãos políticos dos Estados partes.

Para Almeida⁹, a diplomacia brasileira no governo Lula foi orientada pela doutrina de “política internacional” dos Partidos dos Trabalhadores (PT). Isso explicaria, por exemplo, a ojeriza à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e esforços da política externa brasileira em criar instâncias sociais no processo de integração do MERCOSUL.

Segundo Almeida¹⁰, o Brasil é chamado pelos outros países do bloco a pagar e aceitar os custos pela situação assimétrica da região. Por isso não haveria uma manifestação oficial de descontentamento da diplomacia brasileira em relação às barreiras impostas pela Argentina à entrada de manufaturas brasileiras no seu mercado. Fato que fere o Tratado de Assunção. Segundo Saraiva¹¹, a estratégia do atual governo argentino de Kirchner é neo-desenvolvimentista, com o objetivo de fortalecer e reorganizar a indústria do país. Por isso há restrições à entrada de produtos brasileiros e exceções na Tarifa Externa Comum do bloco.

A facilidade com que se criaram braços institucionais de cunho social e redes de cooperação no Mercosul durante esta última década é explicada por uma importante Teoria das Relações Internacionais: o construtivismo¹². O construtivismo explica como os países do Cone Sul cooperam mesmo diante de uma anarquia internacional. Isso deve-se ao fato de que as identidades dos países é muito forte na área social. E a constantes interações entre eles possibilita o arrefecimento de discursos que conferem ao Brasil a posição de um país imperialista na região. Segundo Cervo¹³, devido a sua superioridade econômica e tecnológica o Brasil tende a aprofundar as assimetrias

⁷ SILVA, Luiz Inácio Lula da; SERRA, José. “**Entrevista: Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra e a futura política externa brasileira**”. São Paulo, Política Externa, Vol. 11, N. 2, set/out/nov 2002, pp. 5-11.

⁸ AMORIM, Celso. **A Integração Sul-americana**. DEP. Nº 10. Out/Dez 2009, p. 5-26. (p.15)

⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Never before seen in Brazil: Luis Inácio Lula da Silva's grand diplomacy**. Rev. bras. polít. int. [online]. 2010, vol.53, n.2, pp. 160-177.

¹⁰ Idem.

¹¹ SARAIVA, Miriam Gomes. **Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur**. Rev. bras. polít. int. [online]. 2010, vol.53, n.spe, pp. 151-168.

¹² NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. 250 p.

¹³ CERVO, Amado Luiz. **Op. cit.** 2008.

regionais, no entanto esse fato é contrabalanceado pela cordialidade diplomática no trato com os vizinhos e em respeito às amistosas relações regionais e com a ideia de América do Sul.

3. Os processos de integração social no MERCOSUL

A seguir apresenta-se os principais avanços institucionais do MERCOSUL na área social nesta última década. Ressalta-se que todos os órgãos citados foram criados na última década e estão todos voltados para a área social. Para se ter uma idéia da importância desses órgãos para o rumo da integração do Mercosul, verificou-se que no texto do Tratado de Assunção, a palavra “social” aparece apenas uma vez, na segunda linha. Nela lê-se que a justiça social é um corolário da ampliação dos mercados nacionais. Diante disso antecipa-se uma das conclusões deste artigo, a saber, a de que se o enfoque social conferido ao Mercosul nestes últimos anos continuar se fortalecendo, pode-se garantir a construção de uma integração mais justa, sem criar dependências estruturais entre as regiões e países.

3.1. FOCEM

O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) foi estabelecido na XVII Reunião do Conselho do Mercado Comum em 16 de dezembro de 2004, na cidade de Belo Horizonte (Brasil). A proposta de criação do FOCESM aconteceu diante da necessidade de reduzir as assimetrias entre os estados partes, fortalecer a competitividade do bloco e favorecer a coesão social do MERCOSUL. Além disso, o FOCESM tem o papel de fortalecer o processo institucional do MERCOSUL.¹⁴

Conforme consta na Ata de seu estabelecimento, o objetivo supremo do FOCESM é reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as regiões e, para tanto, promover o desenvolvimento das localidades menos desenvolvidas. O cumprimento desse objetivo aliado à promoção da coesão social dos Estados partes culminaria no fortalecimento e institucionalização da integração.¹⁵

Definido também como “fundo pecuniário”, o FOCESM foi implantado na reunião seguinte do Conselho do Mercado Comum, em junho de 2005. Os objetivos do Fundo, já estabelecidos na ata anterior, se mantiveram, mas foram segregados em quatro Programas: (I) Programa de Convergência Estrutural; (II) Programa De Desenvolvimento da Competitividade; (III) Programa de Coesão Social e; (IV) Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração.¹⁶

De acordo com o decreto, o Programa I destina-se a desenvolver as economias menores, as regiões menos desenvolvidas e facilitar a cooperação fronteiriça.¹⁷ Para este programa podem ser desenvolvidos projetos, através do Ministério do Planejamento do Brasil, de “construção,

¹⁴ MERCOSUR. **DEC. 45/04 Establece el Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM)**. Disponível em <http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=institucional>. Acesso em 22 de março de 2011.

¹⁵ Idem

¹⁶ MERCOSUR. **DEC. 18/05 Integración e Funcionamiento do Fundo Para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do MERCOSUL**. Disponível em <http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=institucional>. Acesso em 22 de março de 2011.

¹⁷ Idem.

modernização e recuperação de vias de transporte modal e multimodal que aperfeiçoem o movimento da produção e promovam a integração física entre os ‘Estados Partes’ e entre suas sub-regiões”, além de projetos para exploração e transporte de combustíveis fósseis e obras de infra-estrutura hídrica e de saneamento.¹⁸

O Programa II engloba projetos que ajudem a aumentar a competitividade no MERCOSUL e o volume comercial intra-bloco. O Ministério do Planejamento do Brasil financia projetos desse Programa que envolva a “geração e difusão de conhecimentos tecnológicos dirigidos a setores produtivos dinâmicos”, de certificação de qualidade de produtos, de desenvolvimento de cadeias produtivas, de criação de cooperativas e grupos associativos empreendedores, etc.¹⁹

O Programa III aceita projetos que promovam o desenvolvimento social, “em particular, nas zonas de fronteira”, e que tenham como objetivo melhorar a saúde nas localidades, diminuir a pobreza e o desemprego. Nesse sentido, o Ministério do Planejamento do Brasil financia projetos que possibilitem a construção de unidades hospitalares, melhoras no atendimento hospitalar, o combate a epidemias, a capacitação profissional e uma melhora no nível educacional das localidades, a concessão de microcréditos e a efetivação de atividades baseadas na economia solidária.²⁰

Por fim, o Programa IV busca melhorar a estrutura institucional do MERCOSUL. No entanto, esse programa é aquele que possui menos fundos para o desenvolvimento de projetos, os três programas supramencionados são prioritários, sobretudo o Programa I.²¹

O fundo que financia os projetos é composto por aportes depositados em dólares pelos Estados partes do MERCOSUL em caráter de contribuições não reembolsáveis. A divisão das cotas de dinheiro a serem depositadas pelos Estados e a divisão da porcentagem da quantia total para projetos nos Estados evidencia que o governo brasileiro admite aceitar os custos para diminuir as assimetrias em relação aos demais três Estados.

Para o FOCEM está previsto um aporte anual de 100 milhões por ano durante dez 10 anos, totalizando 1 bilhão de dólares para o financiamento de projetos. Desse total anual, cabe ao Brasil depositar 70%, à Argentina 27%, ao Uruguai 2% e ao Paraguai 1%. A distribuição dos recursos para os projetos no Estados dá-se de forma inversa. Aos projetos apresentados ao Paraguai estão destinados 48% dos recursos do fundo, ao Uruguai 32%, à Argentina 10% e ao Brasil também 10%.²²

De todas as iniciativas citadas, o FOCEM é o mais ambicioso e aquele que se encontra num estágio mais avançado. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul financiou e financia um total de 31 projetos divididos entre os países. Atualmente a Argentina possui 3 projetos, o Brasil 4, o Paraguai

¹⁸ BRASIL, Ministério do Planejamento. **Manual para apresentação de Estudos de Viabilidade Socioeconômica com vistas à apresentação para a obtenção de recursos do FOCEM**. Disponível em www.planejamento.gov.br/.../spi/.../focem/Focem_Manual_02.pdf. Acesso em 22 de março de 2011.

¹⁹ Idem.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

16 e o Uruguai 8. Há um único projeto que abrange todos os Estados e que possui financiamento do FOCEM. O título deste projeto é “Programa de Ação MERCOSUL Livre da Febre Aftosa.”.²³

3.2 A comissão de coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMASM), o Instituto Social do Mercosul (ISM), o Plano Estratégico de Ação Social e a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS).

A CCMASM foi criada juntamente com o Instituto Social do MERCOSUL na Cúpula Presidencial da Costa do Sauípe, em dezembro de 2008. Igualmente ao FOCEM, a CCMASM foi criada com o objetivo de aprofundar o processo de integração e “contribuir para a superação das assimetrias entre os Estados Partes”. A função da CCMASM é a de ser um interlocutor entre os Estados nas principais áreas pertinentes à integração social do bloco. O órgão é uma braço auxiliar do Conselho do Mercado Comum.²⁴

O Instituto Social do MERCOSUL foi criado em 2007, sua estrutura institucional em 2008 e seu primeiro orçamento em 2010. A sede do ISM é em Assunção. No decreto de sua criação (CMC/DEC. Nº 03/07) consta que o Instituto possui os objetivos de “contribuir para a consolidação da dimensão social como um eixo fundamental no desenvolvimento do MERCOSUL”, contribuir para reduzir as assimetrias, procurar fontes de financiamento de projetos sociais, entre outras ações que sempre devem focar na área social.²⁵ O montante financeiro do seu primeiro e segundo (para 2011) orçamento foi de US\$ 455.940. O Brasil contribuiu com a maior parte, US\$ 177.952.²⁶

O Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS) foi elaborado na Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado de Córdoba, em julho de 2006. O PEAS surgiu para se agregar as iniciativas de integração social do MERCOSUL e atender aos desejos dos governos dos quatro Estados Partes em priorizar a “Agenda Social Integral e Produtiva” no bloco. Em dezembro 2008, na XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum foi redigido o Documento de Trabalho do PEAS. Ele contém 19 diretrizes e segregadas em 5 eixos. Os eixos são ambiciosos nos seus propósitos e vão ao encontro das metas do milênio da ONU. O primeiro eixo engloba a “Erradicação da Fome, Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e Fortalecimento da Assistência Humanitária”, o segundo eixo os “Direitos Humanos, Participação Social, Circulação de Pessoas e Diversidade”, o terceiro a Saúde, o quarto Educação e Cultura e o quinto a “Integração Produtiva, Agricultura Familiar, Economia Solidária e Cooperativas”.²⁷ Esse Plano, com suas diretrizes e eixos, foi aprovado

²³ MERCOSUR. **FOCEM**. Disponível em <http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=proyectos1>. Acesso em 26 de março de 2010.

²⁴ MERCOSUR. **CMC/DEC. Nº 45/10 Comissão De Coordenação De Ministros De Assuntos Sociais Do MERCOSUL**. Disponível em www.mercosur.org.uy/innovaportal/.../DEC_4510%20MERCOSUL%20CCMAS.pdf. Acesso em 22 de março de 2011.

²⁵ MERCOSUR. **CMC/DEC. Nº 03/07. Instituto Social do Mercosul**. Disponível em www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec0307p.pdf. Acesso em 22 de março de 2011

²⁶ MERCOSUR. **Aprovação do Orçamento do Instituto Social do MERCOSUL para o Exercício de 2010**. Disponível em <http://www.mercosur.org.uy/show?contentid=1681&channel=secretaria>. Acesso em 22 de março de 2011.

²⁷ MERCOSUR. **Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL**. Disponível em www.mercosur.int/msweb/SM/.../FCCP_2008_ATA08_ANE04_PT.doc. Acesso em 22 de março de 2011.

em dezembro de 2010 pela CCMAS. Os originais cinco eixos do Plano se desdobraram em mais cinco, totalizando 10 eixos e 26 diretrizes.²⁸

A Unidade de Apoio à Participação Social foi criada em dezembro de 2010 com o objetivo de trabalhar em coordenação com os órgãos anteriormente citados e no auxílio de pontos principais do programa “Somos MERCOSUL”. Suas funções são, conforme art. 4º do decreto MERCOSUL/CMC/DEC. N° 65/10, a de ser um canal de diálogo entre MERCOSUL e a sociedade, “financiar a participação social em eventos e atividades do MERCOSUL” e “manter um cadastro de organizações e movimentos sociais dos Estados Partes”.²⁹

4. Considerações finais

O presente artigo procurou evidenciar as mudanças obtidas no âmbito do MERCOSUL no que diz respeito aos seus objetivos para integração social entre os países, como aconteceu essa mudança e quais os principais órgãos e programas agregados à institucionalidade do bloco para tais fins.

A busca por uma integração mais próxima dos objetivos de se criar uma simetria socioeconômica entre as regiões se fortaleceu na segunda metade de vida do MERCOSUL. Iniciativas como o FOCEM buscam, nas palavras do ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, equilibrar o desenvolvimento para beneficiar as pessoas de todos os Estados Membros.³⁰

O Brasil, ao assumir o papel de país financiador de uma integração mais justa, que evite criar desigualdade e dependência estrutural profunda entre as regiões, ajuda a ampliar as ambições do MERCOSUL para além do campo comercial. Outro ponto importante é que os discursos de que o Brasil praticaria uma espécie de sub-imperialismo na região perdem força ao ser o próprio país o mais preocupado em criar espaços institucionais no MERCOSUL focados na área social.

No entanto muitas questões ainda estão abertas. As iniciativas institucionais citadas devem ser ampliadas e fiscalizadas. O orçamento de FOCEM, de 1 bilhão no total, é baixo em relação aos problemas estruturais na região. Iniciativas como o Instituto Social do MERCOSUL e o Plano Estratégico de Ação Social devem ganhar corpo e envolver e serem responsáveis em longo prazo por trazer a sociedade civil para dentro do MERCOSUL. E tudo isso não deve obstar críticas a situação dos acordos comerciais vigentes entre os Estados Partes e os objetivos comerciais expostos no Tratado de Assunção, uma vez que a imposição de restrições a importações entre os países sempre causa perdas econômicas e pode minar os planos de se constituir um Mercado Comum.

²⁸ MERCOSUL. **CMC/ DEC. N° 67/10. PEAS.** Disponível em www.mercosur.org.uy/innovaportal/file/2810/.../DEC_67-10_PT_PEAS.pdf. Acesso em 22 de março de 2011.

²⁹ MERCOSUL. **CMC/DEC. N° 65/10. UNIDADE DE APOIO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL.** Disponível em www.mercosur.org.uy/innovaportal/file/.../1/DEC_065-2010_PT_UPS.pdf. Acesso em 25 de março de 2011.

³⁰ AMORIM, Celso. **Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview.** *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2010, vol.53, n.spe, pp. 214-240.